



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1860 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

Os meandros do ensino inicial da leitura e escrita no contexto brasileiro

Aline Gasparini Zacharias - UNESP - Rio Claro / Instituto de Biociências de Rio Claro - Universidade Estadual Paulista
Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Diante da realidade enfrentada por inúmeras escolas públicas brasileiras em relação às dificuldades de alunos frente ao ensino inicial da leitura e escrita, o presente trabalho questiona-se sobre o quanto os métodos de alfabetização podem contribuir, ou não, para com o processo de aquisição e consolidação da leitura e escrita. É um dado real, o número significativo de estudantes que encontram inúmeras dificuldades relacionadas ao período de alfabetização, por meio do qual é perceptível a grande disparidade entre o acesso à escola, e a qualidade de ensino proporcionada aos alunos. Diante disso, este estudo, que faz parte de uma pesquisa maior em desenvolvimento, objetiva traçar um panorama geral sobre a utilização dos métodos no ensino da leitura e escrita presentes no contexto brasileiro, assim como as tendências mais difundidas no Estado de São Paulo. A história dos métodos de alfabetização, desde seus primórdios, é marcada por disputas pela hegemonia, evidenciando conflitos históricos, ideológicos, políticos e conceituais. Constata-se, com esta pesquisa, a necessidade de aprofundar essa temática, contribuindo tanto para a reflexão de metodologias como possibilidades de práticas pedagógicas, quanto como temática para a formação de professores.

Os meandros do ensino inicial da leitura e escrita no contexto brasileiro

Diante da realidade enfrentada por inúmeras escolas públicas brasileiras em relação às dificuldades de alunos frente ao ensino inicial da leitura e escrita, o presente trabalho questiona-se sobre o quanto os métodos de alfabetização podem contribuir, ou não, para com o processo de aquisição e consolidação da leitura e escrita. É um dado real, o número significativo de estudantes que encontram inúmeras dificuldades relacionadas ao período de alfabetização, por meio do qual é perceptível a grande disparidade entre o acesso à escola, e a qualidade de ensino proporcionada aos alunos. Diante disso, este estudo, que faz parte de uma pesquisa maior em desenvolvimento, objetiva traçar um panorama geral sobre a utilização dos métodos no ensino da leitura e escrita presentes no contexto brasileiro, assim como as tendências mais difundidas no Estado de São Paulo. A história dos métodos de alfabetização, desde seus primórdios, é marcada por disputas pela hegemonia, evidenciando conflitos históricos, ideológicos, políticos e conceituais. Constata-se, com esta pesquisa, a necessidade de aprofundar essa temática, contribuindo tanto para a reflexão de metodologias como possibilidades de práticas pedagógicas, quanto como temática para a formação de professores.

Palavras-chave: alfabetização, leitura, escrita, didática

Introdução

Um dos desafios da atualidade posto a escola pública brasileira é alfabetizar todos os seus alunos, compreendendo que todos deveriam ter as mesmas oportunidades educacionais. Apesar de atual, é também um desafio que há décadas assombra as escolas públicas, sendo, portanto, um problema antigo que atinge novos contornos constantemente.

Diversos estudos e as próprias avaliações em larga escala apontam para o número significativo de alunos que permanecem nas salas de aula sem aprender a ler e escrever com autonomia, apresentando habilidades mínimas relacionadas compreensão e produção de textos. Esses alunos têm seu direito de acesso a educação garantido, assim como é estabelecido pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, contudo, são marginalizados dentro da própria escola ao permanecerem ano após ano com as mesmas dificuldades. Logo, parte-se do pressuposto de que ter acesso à educação não é sinônimo de ter verdadeiras oportunidades que contribuam efetivamente para com a

construção de conhecimentos, na qual todos os alunos têm o seu direito a aprendizagem garantido.

Diante disso, surgem inúmeros questionamentos, que apontam para vários fatores que podem vir a influenciar nesse processo, abrangendo formação de professores, metodologia e/ou didática de ensino, condições estruturais e pedagógicas, dentre outros diversos aspectos. Essa realidade impulsionou o desenvolvimento deste trabalho, que por sua vez é um recorte de uma pesquisa de mestrado em fase de desenvolvimento.

A alfabetização vem se mostrando como um assunto que fomenta diversas discussões e pesquisas, posto que, é um processo multifacetado, e conseqüentemente complexo. O próprio conceito do que é a alfabetização foi se transformando ao decorrer dos anos, em conformidade com concepções de educação, aluno e sociedade, tal como as políticas públicas vigentes. Para Soares (2016) a alfabetização é a conversão de aspectos sonoros da fala em escrita, exigindo diferentes habilidades e envolvendo diversas facetas, sendo elas: a faceta linguística, que consiste na apropriação do sistema alfabético-ortográfico; a faceta interativa, que envolve habilidades de compreensão e produção de textos; e a faceta sociocultural, que apoia-se no uso da escrita em diferentes situações e contextos. Ainda segundo a autora, essas facetas distinguem-se quanto a sua natureza, embora façam parte de um mesmo objeto, a língua escrita.

Por conseguinte, a questão norteadora desse trabalho é relacionada a influência dos métodos de alfabetização no processo de apropriação da língua escrita, intentado por meio disso, traçar um panorama geral sobre a utilização desses métodos no contexto brasileiro e quais as tendências mais difundidas, com ênfase no Estado de São Paulo.

Breve panorama dos métodos direcionados ao processo de alfabetização

Ao realizar uma breve retrospectiva sobre os métodos destinados ao ensino inicial da leitura e escrita, nos deparamos com uma multiplicidade de propostas, abordando diferentes aspectos e pressupostos teóricos. À vista disso, buscou-se compreender o que constitui essas metodologias, por considerar a importância de se apreender os processos históricos e conceituais que envolvem esse tema, e qual a sua inegável relação com o presente.

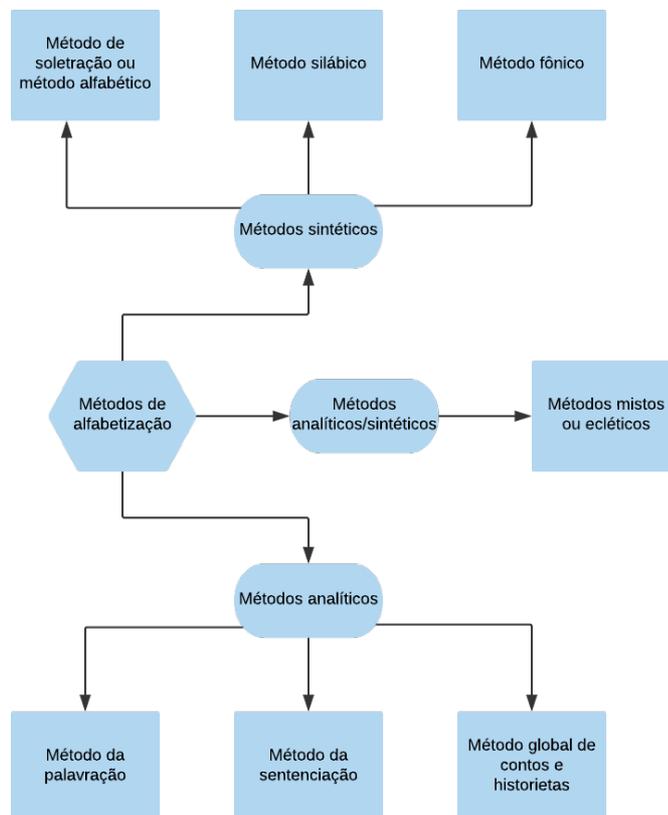
Diante da complexidade inerente ao processo de ensino/aprendizagem da leitura e escrita, ao decorrer dos anos, é evidente o surgimento de diferentes metodologias direcionadas à alfabetização, intentando por meio disso proporcionar aos alunos um ensino eficiente. Soares (2016) destaca que a alfabetização no Brasil é marcada pelo fracasso da escola em ensinar aos seus alunos princípios básicos da língua escrita, sendo que esse fracasso atualmente é denunciado pelas avaliações em larga escala, e não se encontra apenas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mas sim durante todo o seu percurso, chegando em alguns casos até o Ensino Médio.

Dessa forma, esse evidente fracasso impulsionou mudanças de paradigmas relacionados a alfabetização, bem como concepções acerca das melhores opções didáticas para se alfabetizar. Mortatti (2006) afirma que no final do século XIX houve inúmeras disputas e dilemas entre as denominadas “novas” e “antigas” metodologias e/ou propostas de ensino, que surgem para amparar os estudantes, principalmente os pertencentes às escolas do sistema de ensino público.

Nesse âmbito, segundo Mortatti (2000b, 2006) a história dos métodos da alfabetização é marcada por tensões e disputas pela hegemonia de determinados métodos em detrimento de outros. Especificamente em relação ao Estado de São Paulo, de acordo com a autora, a disputa entre metodologias iniciou-se em conjunto com o processo sistemático de práticas relacionadas à leitura e escrita nas instituições de caráter educacional.

Baseando-se principalmente nos estudos de Mortatti (2000a, 2000b, 2006), Soares (2016) e Frade (2005) é possível constatar que inicialmente os métodos de alfabetização podem ser divididos em dois grandes grupos, compostos pelos métodos sintéticos e métodos analíticos, que por sua vez subdividem-se em processos de abordagem específicos, assim como consta na figura 1.

Figura 1 – Sintetização dos métodos de alfabetização mais difundidos



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Mediante os dados expostos anteriormente, é perceptível uma grande diversidade de métodos direcionados ao ensino inicial da leitura e escrita, sendo que cada um deles abordam diferentes unidades de análise. Os métodos denominados como sintéticos remontam ao século XIX, no qual segundo Mortatti (2006) o foco era, sobretudo, no ensino da leitura. Esse método apresentava diferentes abordagens como a soletração ou método alfabético, a silabação e o método fônico.

À vista disso, segundo Frade (2005) o método sintético é caracterizado pelo trabalho partindo das unidades menores (letras, fonemas, sílabas), para as unidades maiores (palavras, frases, textos), sendo privilegiada a percepção auditiva em relação aos sinais gráficos. Nesse cenário, o método de soletração, de acordo com Frade (2005) e Vieira (2017), é considerado o mais antigo dos métodos, sendo empregado desde a Grécia e utilizado até o século XIX. Nesse método, o foco é na apresentação das letras do alfabeto, que ao serem unidas formavam novas sílabas, e estas por sua vez dão origem a palavras. Havia também a soletração, que consistia no treino oral das letras a partir de diversas combinações.

No método silábico ou silabação, a unidade mínima é a sílaba, e o destaque é na emissão dos sons, partindo das letras do alfabeto (MORTATTI, 2000a, 2006). Sendo assim, Viera (2017) e Frade (2005), atestam que o trabalho com esse método era iniciado pelas vogais e encontros vocálicos, partindo do princípio de facilidade, isto é, das sílabas mais fáceis para as mais complexas. Eram utilizadas também “palavras-chave”, empregadas para indicar as sílabas que seriam trabalhadas de forma mais sistemática. No concernente ao método fônico, como o próprio nome indica, a unidade mínima é o fonema, partindo com isso dos sons correspondentes a cada letra do alfabeto. Segundo Sebra e Dias (2011) esse método tem como objetivo enfatizar as correspondências grafofonêmicas, desenvolvendo habilidades relacionadas a correlação entre letras e sons.

A partir de 1890 o método analítico começa a receber relativo destaque, devido as reformas da instrução pública no Estado de São Paulo em busca de melhorias na qualidade do ensino (MORTATTI, 2006). Esse método, diferentemente do sintético, partia das unidades maiores (palavras, frases, textos) para as unidades menores (fonemas, sílabas, letras). Havia uma ênfase na compreensão da palavra escrita, para que por meio disso fosse possível chegar ao valor sonoro dos grafemas, focando, dessa forma, na percepção visual (SEBRA; DIAS, 2011; SOARES, 2016).

Frade (2005), afirma que os principais exercícios desenvolvidos com o método analítico eram voltados para o reconhecimento de palavras, sem que houvesse a necessidade de uma leitura labial, havia também forte incentivo à leitura silenciosa, e a cópia. Assim como o método sintético, o método analítico era utilizado segundo diferentes processos de abordagem, sendo eles: palavração, sentençação e método global de contos e de historietas.

No método da palavração, tal como afirmado por Frade (2005) e Vieira (2017), a unidade de análise é a palavra, e a ênfase era no processo de utilização de uma palavra-chave, que era decomposta em sílabas, e memorizada por meio de uma visualização repetitiva. Diante disso, é perceptível que o método da palavração e o método silábico possuem semelhanças que os aproximam, contudo, Frade (2005) salienta que a diferença primordial entre eles se refere ao fato

de que no método da palavração, as palavras não são decompostas de maneira obrigatória já no início do processo, uma vez que a proposta é que os alunos aprendam as palavras globalmente, e por reconhecimento.

Em relação ao método de sentençação, a unidade mínima é a sentença, através da qual utiliza-se um grupo de palavras com sentido, que após reconhecimento e compreensão, é decomposta em palavras isoladas e por fim em sílabas. Nesse caso, as atividades enfatizam a expressão oral. No método global de contos e historietas o trabalho consistia na utilização de pequenas histórias. Nesse método havia o desmembramento de um texto em frases e sentenças, para que depois houvesse o reconhecimento das palavras, a divisão das palavras em sílabas, e a formação de novas palavras com as sílabas já estudadas (FRADE, 2005).

Após ampla utilização dos métodos analíticos, segundo Mortatti (2000a), por volta de 1920, surgiu certa resistência por parte dos professores. Assim sendo, houve um movimento em busca de novas propostas metodológicas, visando solucionar o problema ainda existente em alfabetizar os alunos. Emerge com isso uma tendência a conciliar determinadas características dos métodos analíticos e sintéticos, os quais passam a ser denominados como métodos mistos ou ecléticos.

Outrossim, Soares (2016), ao levantar a discussão entre os métodos sintéticos e métodos analíticos, afirma que apesar de apresentado como opostos, esses métodos trazem em sua fundamentação objetivos semelhantes, nos quais a ênfase é na aprendizagem do sistema alfabético-ortográfico de escrita. Desse modo, apesar de partirem de unidades de análise distintas, para a autora, o domínio do sistema de escrita alfabético é um pré-requisito em comum, e uma condição para que os alunos se alfabetizem.

Novos rumos para a alfabetização?

A realidade brasileira no concernente a dificuldade em alfabetizar seus alunos, incentivou e ainda incentiva diversas propostas direcionadas a esse nível de ensino. Um dos principais exemplos desse campo é o construtivismo, que para Soares (2016) representou uma grande mudança de paradigma na área da alfabetização. Essa proposta é embasada na epistemologia genética de Jean Piaget, sendo que no Brasil houve um destaque aos estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky.

Segundo Mortatti (2006) e Sebra e Dias (2011), o construtivismo não é apresentado como um método de alfabetização, mas sim como uma revolução conceitual, na qual há um descolamento do eixo do método - do como se ensina - para o processo de aprendizagem das crianças - como se aprende. Apesar disso, houve muitos equívocos e contradições na interpretação de tais conceitos, o que ocasionou na marginalização de aspectos específicos do processo de alfabetização (SOARES, 2004). Cabe destacar que o construtivismo foi amplamente disseminado no Brasil e teve forte influência sob a constituição de alguns documentos oficiais, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, bem como os cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

O deslocamento conceitual que ocorreu com o surgimento do construtivismo, ao enfatizar o processo de aprendizagem das crianças, em detrimento do processo de ensino, para Soares (2016), origina uma consequência que diz respeito à irrelevância do método de alfabetização no contexto educacional. Nesse sentido, Mortatti (2016) traz uma crítica em relação à hegemonia do construtivismo em políticas públicas e documentos oficiais voltados para a área educacional, alegando que a consolidação do construtivismo no contexto brasileiro, contribuiu para o agravamento de problemas relacionados a alfabetização, ao analfabetismo funcional, e até mesmo a formação de professores nos cursos de pedagogia.

Para além do evidenciado, outros modelos teóricos ganharam destaque em âmbito nacional, como é o caso do interacionismo linguístico, que tem como um de seus principais preponentes João Wanderley Geraldi e Ana Luiza Smolka, assim como os pesquisadores que se dedicaram a discussões relacionadas ao letramento, que por sua vez também incidiu sobre políticas públicas, como Mary Kato, Angela Kleiman, Leda Tfouni e Magda Soares (MORTATTI, 2010). Ademais, existem propostas ainda pouco difundidas como o caso do método fonovisuoarticulatório e/ou fonarticulatório, que baseia-se em princípios multissensoriais, aliando fonema, grafema e articulema. O foco do trabalho proposto pela metodologia é embasar a aprendizagem do sistema de escrita alfabética em uma boca, que por sua vez é concreta, e produz som. Jardini (2017) enfatiza que a boca é o ponto de partida na aquisição do conhecimento. Dessa maneira, parte-se da inferência de que a boca é a grande questão da metodologia, uma vez que a mesma passa a ser um canal de vínculo entre o som e letra, saindo, com isso, de aspectos meramente abstratos para uma real concretude. Logo, ao se trabalhar com a letra e o som, aliados a articulação da boca, há uma estimulação multissensorial de todo o cérebro, por intermédio de diferentes entradas sensoriais.

Em consonância com o constatado até o momento, nota-se que em sua maioria os métodos surgem como forma de superar as dificuldades enfrentadas não só pelos alunos, mas também e principalmente pelos professores. Soares (2016) afirma que a discussão em torno do método foi marginalizada nas últimas décadas do século XX, contudo, ressurgiu com relativa força, embora estabelecendo um movimento diferente dos anos anteriores, não se referindo às divergências entre métodos, mas sim, nas dúvidas em relação a necessidade de métodos para se alfabetizar.

Considerações finais

É perceptível que ao longo dos anos, identifica-se muitos meandros que marcam o campo da alfabetização, no qual há

uma eterna disputa pela primazia de determinado método de alfabetização tido como moderno para a época, em detrimento do tradicional, exatamente como afirmado por Mortatti (2000a). Muitas controvérsias e acaloradas discussões atravessaram o século XX, e ainda perduram em nossos dias. Apesar disso, Vidal (2014) afirma que a própria história da alfabetização deixa transparecer o fato de que os métodos coexistem, e estão diretamente ou indiretamente interligados. Dessa forma, não há um “método puro”, mas sim “hibridações” de variadas metodologias.

Nessa circunstância, é necessário considerar a importância das discussões sobre os métodos direcionados ao ensino da leitura e escrita, dado que a língua escrita necessita de um ensino sistemático e específico, portanto, conhecer as particularidades de cada método já utilizado ou ainda em uso, torna-se imprescindível para o desenvolvimento do processo de formação dos professores. A metodologia por si só não alfabetiza ninguém, entretanto, ter conhecimentos sobre os métodos existentes e suas conseqüentes possibilidades no âmbito educacional, torna-se uma ferramenta que pode contribuir para com o trabalho pedagógico em salas de alfabetização, tal como reflexões sobre o processo de ensino.

Referências

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização**: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

JARDINI, R. **Método das Boquinhãs**: uma neuroalfabetização. Bauru: Boquinhãs Aprendizagem, 2017.

MORTATTI, M. do R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo / 1876-1944. São Paulo: Editora Unesp, 2000a.

MORTATTI, M. do R. L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cad. CEDES**. Campinas, vol.20, n.52, p.41-54, 2000b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2018

MORTATTI, M. do R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MORTATTI, M. do R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2018

MORTATTI, M. do R. L. Os órfãos do construtivismo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p. 2267-2286, dez. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9193/6084>>. Acesso em: 02 de mai. 2018.

SEBRA, A. G.; DIAS, N. M. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 87, p. 306-320, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2018

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25. p. 5-17, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

VIDAL, D. G. Prefácio: em que os estudos de natureza histórica sobre o ensino da leitura e da escrita podem contribuir com as práticas de alfabetização na atualidade? In: MORTATTI, M do R. L.; FRADE, I. C. A da S. (Org.). **História do ensino da leitura e escrita**: métodos e material didático. São Paulo: Editora Unesp, 2014. P. 7-13.

VIEIRA, Z. P. P. **Cartilhas de alfabetização no Brasil**: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. 2017. 196 f. Tese (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.